

Demonstrações financeiras

Cachoeira Escura Energética S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Cachoeira Escura Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Cachoeira Escura Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cachoeira Escura Energética S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cachoeira Escura Energética S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador, e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Cachoeira Escura Energética S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	515	412
Dividendos a receber	10	13.156	9.946
Impostos a recuperar		66	52
Outros		119	121
Total do ativo circulante		13.856	10.531
Não circulante			
Investimento	4	290.249	314.679
Total do ativo não circulante		290.249	314.679
Total do ativo		304.105	325.210

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar		1	52
Impostos e contribuições a recolher		15	69
Dividendos a pagar	10	6.278	4.058
Total do passivo circulante		6.294	4.179
Patrimônio líquido			
Capital social	6	275.804	307.004
Reservas de lucros	6	22.007	14.027
Total do patrimônio líquido		297.811	321.031
Total do passivo e do patrimônio líquido		304.105	325.210

Cachoeira Escura Energética S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	7	(22.652)	(22.694)
Resultado com equivalência patrimonial	4	49.026	39.784
Outras receitas operacionais		57	-
		<u>26.431</u>	<u>17.090</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		<u>26.431</u>	<u>17.090</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	8	18	5
Despesas financeiras	8	(6)	(9)
		<u>12</u>	<u>(4)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>26.443</u>	<u>17.086</u>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	9	(11)	-
		<u>(11)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>26.432</u>	<u>17.086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	26.432	17.086
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>26.432</u>	<u>17.086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		338.504	999	14.233	-	353.736
Redução de capital ocorrida no exercício	6.a	(31.500)	-	-	-	(31.500)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	6.c	-	-	(14.233)	-	(14.233)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.086	17.086
Constituição de reserva legal	6.b	-	854	-	(854)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6.c	-	-	-	(4.058)	(4.058)
Reserva de dividendos complementares	6.b	-	-	12.174	(12.174)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		307.004	1.853	12.174	-	321.031
Redução de capital ocorrida no exercício	6.a	(31.200)	-	-	-	(31.200)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	6.c	-	-	(12.174)	-	(12.174)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.432	26.432
Constituição de reserva legal	6.b	-	1.322	-	(1.322)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6.c	-	-	-	(6.278)	(6.278)
Reserva de dividendos complementares	6.b	-	-	18.832	(18.832)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		275.804	3.175	18.832	-	297.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		26.432	17.086
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Encargos financeiros, líquidos		-	(165)
Resultado de equivalência patrimonial	4	(49.026)	(39.784)
Amortização da mais valia alocada	4	22.647	22.646
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Impostos a recuperar		(14)	26
Outros		2	(2)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(51)	2
Impostos e contribuições a recolher		(54)	37
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(64)</u>	<u>(154)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		43.299	41.568
Liberção de recursos para partes relacionadas		-	(10.000)
Amortização dos empréstimos a receber - principal		-	17.697
Redução de capital em empresas investidas	4	4.300	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>47.599</u>	<u>49.265</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	6.a	(31.200)	(31.500)
Dividendos pagos		(16.232)	(17.300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(47.432)</u>	<u>(48.800)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>103</u>	311
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		412	101
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		515	412
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>103</u>	<u>311</u>
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		6	-
Valores pagos de CS:		5	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cachoeira Escura Energética S.A. (“Escura” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em sociedades que possuam como objeto atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados em razão dessas atividades.

A Sociedade foi constituída em 14 de março de 2008 como subsidiária integral da Brookfield Energia Renovável S.A. (“BER”). Em 17 de julho de 2015, a BER transferiu a totalidade de suas ações para a Itiquira Energética S.A., sua atual controladora, com sede na cidade de Itiquira, Estado do Mato Grosso.

As controladas da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Setor	Data do contrato	
	Início	Vencimento
Comercializadora de energia	01/01/2017	30/06/2029

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

A consolidação das demonstrações financeiras será apresentada na investidora nível acima da Sociedade, Itiquira Energética S.A., a qual detém 100% da Sociedade.

Conforme CPC 36 (R3), a controladora pode deixar de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, somente se todas as condições a seguir forem cumpridas, além do permitido legalmente:

- (a) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito de voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controlada;
- (b) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais da controladora não são negociados publicamente;
- (c) a controladora não arquivou e não está em processo de arquivamento de suas demonstrações financeiras junto a CVM ou outro órgão regulador, visando a distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumentos no mercado de capitais; e
- (d) a controladora final ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas e em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade atende todas as condições acima descritas.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.1) *Ativos financeiros*--Continuação

- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa e dividendos a receber.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) *Empréstimos e recebíveis*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar e dividendos a pagar.

c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

d) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

g) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

h) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

i) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Investimentos

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 4), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Novos pronunciamentos contábeis

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos impostos sobre a renda, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributáveis envolvem incerteza, que afeta a aplicação do CPC 32 – Imposto de renda. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela Sociedade. Se a Sociedade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Sociedade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizáveis, créditos fiscais não usados, taxa de imposto e assim por diante). A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Administração da Sociedade entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas informações da Sociedade, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, são considerados pela Administração da Sociedade, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que sim” de sustentação nas esferas judiciais.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	35	76
Aplicações financeiras	480	336
Total	515	412

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2019	2018
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	480	336
			480	336

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Investimento

Controladas	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Bela Vista Energética Ltda.	100,00%	100,00%	45.584	42.496	22.504	14.434	45.584	42.496	22.504	14.434
Pantanal Energética Ltda.	100,00%	100,00%	49.708	54.579	26.522	25.350	49.708	54.579	26.522	25.350
Mais valia alocada					-	-	194.957	217.604	-	-
Total					49.026	39.784	290.249	314.679	49.026	39.784

Na Sociedade, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2018	Equivalência patrimonial	Amortização de mais valia	Redução de capital	Dividendos	Saldo em 2019
Bela Vista Energética Ltda.	42.496	22.504	-	(4.300)	(15.116)	45.584
Pantanal Energética Ltda.	54.579	26.522	-	-	(31.393)	49.708
Mais valia alocada	217.604	-	(22.647)	-	-	194.957
Total	314.679	49.026	(22.647)	(4.300)	(46.509)	290.249

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Investimento--Continuação

Controladas	Saldo em 2017	Equivalência patrimonial	Amortização de mais valia	Dividendos	Saldo em 2018
Bela Vista Energética Ltda.	39.768	14.434	-	(11.706)	42.496
Pantanal Energética Ltda.	56.003	25.350	-	(26.774)	54.579
Mais valia alocada	240.250	-	(22.646)	-	217.604
Total	336.021	39.784	(22.646)	(38.480)	314.679

Principais informações sobre empresas controladas

	2019				2018			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Bela Vista Energética Ltda.	53.595	8.011	45.584	22.504	51.122	8.625	42.497	14.434
Pantanal Energética Ltda.	63.578	13.870	49.708	26.522	71.290	16.711	54.579	25.350

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 275.804 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 307.004), dividido em 355.501.350 (trezentas e cinquenta e cinco milhões, quinhentas e uma mil e trezentas e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 17 de setembro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 16.200, sem cancelamento de ações.

Em 17 de junho de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 15.000, sem cancelamento de ações.

Em 11 de outubro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 31.500, sem cancelamento de ações.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Patrimônio líquido--Continuação

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 17 de maio de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 12.174 (R\$ 34,24 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 16 de abril de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 9.200 (R\$ 25,88 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 16 de março de 2018, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 5.033 (R\$ 14,16 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Divulgação das despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas gerais e administrativas		
Amortização da mais valia alocada	22.647	22.646
Outros	5	48
Total de despesas gerais e administrativas	<u>22.652</u>	<u>22.694</u>

8. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	18	5
Total	<u>18</u>	<u>5</u>
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras	6	-
Despesas com juros e descontos concedidos	-	9
Total	<u>6</u>	<u>9</u>

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro real, como demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	26.443	17.086
% do imposto (*)	34%	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	<u>8.990</u>	<u>5.809</u>
Amortização da mais valia	7.700	7.700
Equivalência patrimonial	(16.669)	(13.527)
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	-	18
Adicional sobre o lucro tributável (**)	(5)	-
Compensação do prejuízo fiscal de períodos anteriores	(5)	-
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>11</u>	<u>-</u>

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

(**) Anulação do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, uma vez que a alíquota nominal utilizada é 34%, com o adicional e a base tributável é inferior a R\$240.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possuía imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$ 2.595 e em 31 de dezembro de 2018, R\$ 2.602. O total do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2019 são de R\$ 7.633 e em 31 de dezembro de 2018, R\$ 7.652.

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato de a Sociedade não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo			
Dividendos a receber			
Bela Vista Energética Ltda.	(a)	5.626	3.609
Pantanal Energética Ltda.	(a)	7.530	6.337
		<u>13.156</u>	<u>9.946</u>
Passivo			
Dividendos a pagar			
Itiquira Energética S.A.	(b)	6.278	4.058
		<u>6.278</u>	<u>4.058</u>

(a) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;

(b) Dividendos a serem pagos a sua controladora;

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	515	515	-	412	412
Dividendos a receber	13.156	-	13.156	9.946	-	9.946
	13.156	515	13.671	9.946	412	10.358

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	1	52
Dividendos a pagar	6.278	4.058
	6.279	4.110

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	515	412

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado spot ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado Generation Scaling Factor (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Cachoeira Escura Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Eventos subsequentes

Redução de capital social no valor de R\$ 25.000 publicado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de janeiro de 2020.

13. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 31 de março de 2020.